



PROJETO
**CAMPO
FUTURO**



**PRINCIPAIS
CONTRIBUIÇÕES DOS**

10 anos
**DO PROJETO
CAMPO FUTURO**





PROJETO
**CAMPO
FUTURO**

**PRINCIPAIS
CONTRIBUIÇÕES DOS**

12 anos

**DO PROJETO
CAMPO FUTURO**

**CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)**

DIRETORIA EXECUTIVA 2017-2021

João Martins da Silva Junior

Presidente

Roberto Simões (MG)

1º Vice-Presidente

José Mário Schreiner (GO)

2º Vice-Presidente

José Zeferino Pedrozo (SC)

1º Vice-Presidente de Finanças

Muni Lourenço Silva Júnior (AM)

2º Vice-Presidente de Finanças

Mário Antônio Pereira Borba (PB)

1º Vice-Presidente de Secretaria

Júlio da Silva Rocha Júnior (ES)

2º Vice-Presidente de Secretaria

CONSELHO FISCAL EFETIVOS

Maurício Koji Saito (MS)

Raimundo Coelho de Sousa (MA)

Hélio Dias de Souza (RO)

SUPLENTE

Silvio Silvestre de Carvalho (RR)

Luiz Iraçú Guimarães Colares (AP)

Ivan Apostolo Sobral (SE)

**SERVIÇO NACIONAL DE
APRENDIZAGEM RURAL (SENAR)**

João Martins da Silva Junior

Presidente Conselho Deliberativo

Gedeão Pereira (RS)

Pio Guerra Júnior (PE)

Maurício Koji Saito (MS)

Assuero Doca Veronez (AC)

Rodolfo Tavares (RJ)

SUPLENTE

José Zeferino Pedrozo (SC)

Flávio Viriato de Saboya Neto (CE)

José Mário Schreiner (GO)

Luiz Iraçú Guimarães Colares (AP)

Roberto Simões (MG)

Daniel Klüppel Carrara

Diretor-Geral

PALAVRA DO PRESIDENTE

O Projeto Campo Futuro comemorou 10 anos de existência em 2017. Quando analisamos o desempenho do setor agropecuário nesse período, percebemos o quanto a evolução foi dinâmica.

O progresso da moderna produção agropecuária brasileira foi um processo tão revolucionário e tão rápido, que a maioria dos brasileiros não chega a ter uma ideia precisa do seu alcance e extensão. No entanto, por ser uma verdadeira conquista da Nação, cabe a nós, produtores rurais, transmitir essas informações à sociedade, no campo e nas cidades.

Ao longo da última década, a produção de grãos cresceu 81%, a produção de carnes 40% e a produção de leite 32%. O faturamento da agropecuária se ampliou 73% e as exportações do setor aumentaram 72%.

Ao longo desses anos, milhares de produtores rurais participaram do Projeto Campo Futuro. Foram mais de 330 municípios, distribuídos entre todas as Unidades Federativas (UF) do país. Aprendemos muito, compartilhamos experiências e intercambiamos boas iniciativas.

Os resultados colhidos nortearam as discussões da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do setor agropecuário, em diversas frentes: na proposição de políticas públicas, como crédito rural, garantia de preços e seguro rural; na readequação tributária para o setor; nos pleitos para melhoria da logística e infraestrutura em diversas regiões, entre outras ações.

Os dados apresentados pelos produtores transformaram-se em informações estratégicas para as tomadas de decisão das empresas rurais. Com base nessas referências, oferecemos capacitações em gestão das propriedades e na mitigação de riscos, diante das frequentes oscilações de preços, por meio de contratos de opções. Demonstramos, também, como o seguro rural pode proteger a produção agropecuária das intempéries e dos demais riscos associados ao campo.

Temos muito a comemorar e a agradecer a todos os envolvidos nesse processo, produtores, sindicatos rurais, Federações, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), empresas agropecuárias e organizações de pesquisa. Nosso desafio é ainda maior para os próximos anos, no entanto, isso só nos motiva a buscar cada vez mais iniciativas que garantam maior rentabilidade aos produtores rurais.

João Martins da Silva Junior
Presidente





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
METODOLOGIA DO PROJETO CAMPO FUTURO	10
PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DOS 10 ANOS DO PROJETO CAMPO FUTURO	15
1 ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PROGRAMAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	15
2 COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS ATUAIS E O “SIMPLES RURAL”	16
3 EMBASAMENTO TÉCNICO PARA A DEFESA DO SETOR CAFEIEIRO EM NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	19
4 POTENCIAL DE USO DA IRRIGAÇÃO NA CAFEICULTURA.....	19
5 DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS.....	20
6 PRIORIZAÇÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS.....	21
7 IMPACTO DO BANIMENTO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS NO CUSTO DE PRODUÇÃO	22
8 ELABORAÇÃO DAS REGRAS DO PRORENOVA RURAL	24
9 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E TERCEIRIZAÇÃO	24
10 NECESSIDADE DA PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO ICMS Nº 100/1997.....	25
11 AUMENTO DE PREÇOS DOS INSUMOS E SEU IMPACTO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE SOJA.....	26
12 IMPLEMENTAÇÃO E AJUSTES DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA EM APOIO À COMERCIALIZAÇÃO	27
13 ELEVAÇÃO DA ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE BORRACHA NATURAL	28
14 EXTENSÃO DO PRAZO DE CARÊNCIA PARA A LINHA DE CUSTEIO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)	29
15 REDUÇÃO DO CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA PARA A PRODUÇÃO DE CAMARÃO.....	29
16 RENOVAÇÃO DE DIREITOS <i>ANTIDUMPING</i> DO LEITE EM PÓ	31
17 INCLUSÃO DO FOSFATO BICÁLCICO NA LISTA DE EXCEÇÕES À TARIFA EXTERNA COMUM (TEC) DO MERCOSUL.....	31
18 PLANO MAIS PECUÁRIA.....	33
19 MEDIDAS DE APOIO À CRISE NA PECUÁRIA DE CORTE.....	33
20 AGRIBENCHMARK.....	35



APRESENTAÇÃO

O Campo Futuro é um projeto realizado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). O projeto é efetivado em parceria com universidades e centros de pesquisas e destina-se aos produtores rurais.

Diretamente envolvidos nessa iniciativa estão produtores de mais de 330 municípios, distribuídos entre todas as Unidades Federativas (UF) do país. Esses municípios compõem uma rede estratégica de informações, por meio da demonstração de desempenho da agropecuária nacional.

O projeto pesquisas e destina-se no levantamento do custo de produção de diferentes atividades agropecuárias, e seu propósito é aliar a capacitação do produtor à geração de informações estratégicas do setor rural, contribuindo para as tomadas de decisão no campo. Além do acompanhamento sistemático da evolução dos custos de produção regionais e de análises sobre a rentabilidade das atividades agropecuárias, o projeto possibilita o gerenciamento de preços e do comportamento da produção.

O Campo Futuro compreende principalmente o desenvolvimento de cinco ações, como apresentado na Figura 1.

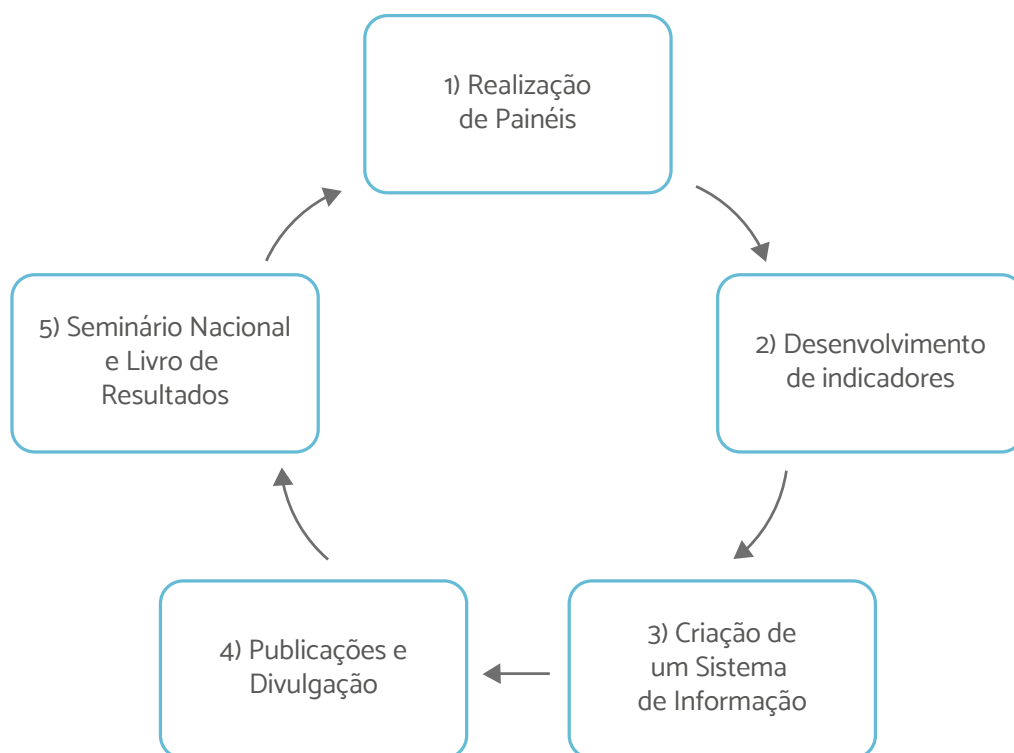


Figura 1. Metodologia do projeto Campo Futuro

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA.

METODOLOGIA DO PROJETO CAMPO FUTURO

O levantamento das informações do projeto Campo Futuro ocorre por meio de painéis, realizados em municípios com participação expressiva na produção nacional de cada produto agropecuário. O painel é o método utilizado para identificar os sistemas e coeficientes de produção de cada atividade agropecuária e consiste em uma reunião técnica *in loco*, com a presença dos agentes da cadeia produtiva (produtores, técnicos e representantes de lojas de insumos), para a definição de uma propriedade típica (modal).

A realização de painéis é anual. Os dados técnicos e de custos de produção das propriedades modais são formalizados em uma planilha previamente estruturada, desenvolvida pelas organizações de ensino/pesquisa responsáveis por cada produto agropecuário. Ela é preenchida após o consenso de opiniões instaurado entre os presentes. As planilhas contribuem para o desenvolvimento de indicadores contábeis, gerenciais e econômicos.

Após a realização dos painéis, as matrizes de custos e as informações sobre as receitas médias são atualizadas mensalmente pelas organizações parceiras do projeto, expondo a conjuntura e o desempenho da produção por meio do diagnóstico das unidades produtivas modais, a cada etapa do ciclo produtivo. A CNA mantém um banco de dados com informações de custos desde 2007, gerando um grande sistema de informações.

As publicações do projeto são divididas em boletins técnicos regionais, com divulgação anual, e análises e relatórios setoriais de desempenho da agropecuária brasileira, denominados “Ativos do Campo”, com divulgação mensal.

Além das publicações, são realizados os Dias de Mercado, uma nova forma de levar informações ao produtor. Esses são eventos anuais realizados nas regiões onde foram realizados painéis de levantamento de custos de produção. A programação segue uma lógica que apresenta a realidade da região e a comparação com o restante do Brasil, destacando suas potencialidades e gargalos. Nas apresentações, especialistas levam até os produtores o que há de mais atual em cada atividade agropecuária analisada.

Com a realização das quatro primeiras ações do projeto, ocorre a apresentação anual dos resultados na sede da CNA, em Brasília, quando são divulgados os dados consolidados e é distribuído um livro elaborado em conjunto com as universidades e os centros de pesquisa parceiros do Campo Futuro.

CUSTO DE PRODUÇÃO E ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

O projeto Campo Futuro considera nos levantamentos o Custo Operacional, descrito por Matsunaga et al. (1976). Esse método é composto pelo Custo Operacional Efetivo (COE) e pelo Custo Operacional Total (COT).

O COE compreende todos os custos efetivamente desembolsados em um ano agrícola, envolvendo todos os componentes de custos gerados pela relação entre os coeficientes técnicos (quantidade utilizada) e os seus preços. Também se enquadram os custos administrativos e os custos financeiros do capital de giro. Os componentes do COE são renovados a cada ciclo produtivo.

O COT é o resultado da soma entre o COE, as depreciações de maquinários, implementos, benfeitorias, rebanhos (matrizes e reprodutores), lavouras e forrageiras perenes, e o pró-labore. O COT indica a possibilidade de reposição da capacidade produtiva do negócio no longo prazo, além da remuneração do responsável pelo gerenciamento da atividade.

O pró-labore corresponde à remuneração do responsável pelo gerenciamento da atividade e, em alguns casos, pode incluir a mão de obra familiar. Ele representa aquela remuneração que seria recebida em outra propriedade para exercer as mesmas atividades, ou seja, um valor de mercado.

Já as depreciações correspondem ao montante que deve ser poupado anualmente (custo implícito) para que o produtor possa renovar seus bens e garantir a manutenção de sua capacidade produtiva.

Ainda são considerados na metodologia do projeto Campo Futuro os custos de oportunidade dos bens de capital, do capital circulante próprio e da terra, que somados ao COT resultam no Custo Total (CT). O CT indica a situação econômica do empreendimento considerando todos os custos implícitos, que aqui se referem aos valores que esses fatores gerariam em investimentos alternativos.

O custo de oportunidade dos bens de capital, nesse caso, corresponde à aplicação de uma taxa de juros de 6% sobre o capital médio investido em máquinas, implementos, benfeitorias, lavouras e forrageiras perenes, e o valor de rebanhos (matrizes e reprodutores). O custo de oportunidade do capital circulante próprio também corresponde à aplicação de uma taxa de juros de 6% sobre o capital médio utilizado. O custo de oportunidade da terra é equivalente ao valor de arrendamento (aluguel) de terras semelhantes na mesma região.

As escalas dos custos de produção estão apresentadas na Figura 2, que também apresenta a Receita Bruta (RB). A RB de determinado exercício corresponde ao valor obtido com a venda de todos os produtos resultantes do processo de produção durante um ciclo produtivo. A análise da RB, isoladamente, é pouco conclusiva, pois nem sempre as atividades produtivas que apresentam maior RB são as melhores do ponto de vista econômico. Para determinar a atratividade da atividade produtiva, portanto, é necessário comparar a RB com o custo de produção.

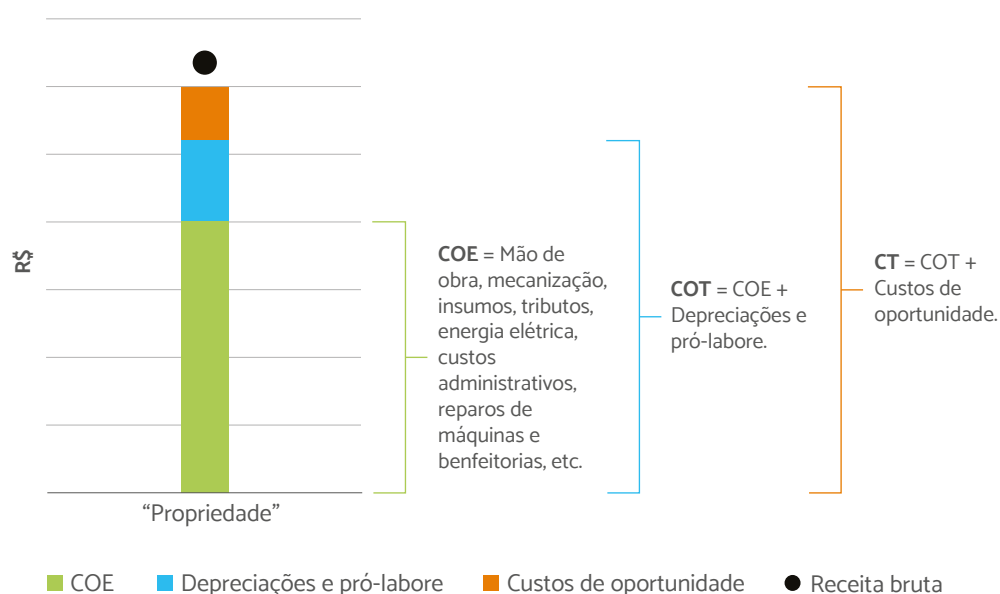


Figura 2. Escalas dos custos apurados no projeto Campo Futuro e Receita Bruta

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA.

Por meio do método do custo operacional são desenvolvidos indicadores contábeis. Esses indicadores expressam, de maneira geral, se as unidades produtivas geram valor ou não, ou seja, se seus custos de produção são maiores ou menores que o preço de venda (receita bruta) da produção.

A Margem Bruta (MB) resulta da subtração entre a RB e o Custo Operacional Efetivo ($MB = RB - COE$). Utilizando o conceito de margem bruta, as seguintes conclusões sobre o desempenho da atividade produtiva podem ser obtidas:

- Margem bruta positiva ($MB > 0$) significa que a RB é superior ao COE, ou seja, o produtor consegue saldar, pelo menos, o custeio da atividade. A atividade agropecuária será mantida no curto prazo.
- Margem bruta negativa ($MB < 0$) significa que a RB é inferior ao COE, o que torna a atividade antieconômica. Nesse caso, o produtor encontra-se em uma atividade “subsidiada”, uma vez que há a necessidade de captação de outras fontes de

recursos para a manutenção do processo produtivo. No curto prazo, abandonando a atividade, o produtor minimizaria seus prejuízos, pois estaria sujeito a apenas uma parte dos custos fixos que continuariam existindo.

Alguns pontos deverão ser observados antes da decisão de sair da atividade. É importante verificar a composição dos custos e os indicadores tecnológicos, observando se há possibilidade de remanejamento dos fatores de produção ou a adoção de técnicas que reduzam os custos e/ou aumentem a produtividade e a RB.

Outro indicador é a Margem Líquida (ML). A ML resulta da subtração entre a RB e o Custo Operacional Total ($ML = RB - COT$). De acordo com o resultado da margem líquida, pode-se concluir:

- Margem líquida positiva ($ML > 0$) significa que a RB é superior ao COT, ou seja, a atividade produtiva se manterá em médio ou longo prazos. Os desembolsos realizados são pagos, o produtor é remunerado e há um montante que cobre os custos com depreciações.
- Margem líquida negativa ($ML < 0$) significa que a RB é inferior ao COT. Nesse caso, a atividade pode não remunerar adequadamente o produtor, e parte ou a totalidade dos custos com depreciações podem não ser cobertos. Nesse caso, o produtor encontra-se em um processo de “descapitalização”.

Também são desenvolvidos indicadores gerenciais, que são utilizados para medir a eficiência do processo produtivo. Eles permitem o *benchmarking* entre as diversas realidades regionais e a elaboração de planos de ação corretivos. Eles podem ser analisados em unidades físicas (massa, tempo, etc.) e/ou em unidades monetárias, e devem ser expressos relativamente a alguma outra estatística, como quantidade produzida, tamanho de área produtiva, tempo de trabalho, etc. Um indicador gerencial interessante é a Relação de Troca¹.

Outros indicadores são os econômicos. O lucro (L) é o resultado da subtração entre a RB e o CT ($L = RB - CT$). Caso o resultado dessa operação seja inferior a zero ($L < 0$), ele é denominado “Prejuízo”. A análise do Lucro/Prejuízo permite chegar as seguintes conclusões:

- Se houver lucro ($L > 0$), conclui-se que a opção do produtor em alocar seus recursos na atividade agropecuária proporcionou maior rendimento que as atividades alternativas (caderneta de poupança, por exemplo) e há possibilidade de expansão do negócio em médio ou longo prazos. Esta situação é denominada “lucro supernormal”, ou lucro econômico.

¹ Análise expressa por meio de índices que são obtidos pela divisão entre os preços de um fator produtivo e o preço médio de venda (receita bruta unitária) da produção agropecuária. Ao considerar a própria produção como moeda de troca, os índices indicam a quantidade necessária de produto a ser vendida para se adquirir uma unidade do fator produtivo. Se houver redução nos preços dos fatores produtivos ou aumento na receita do produto agropecuário, o índice de relação de troca tende a favorecer o produtor rural, e vice-versa.

- Se a RB for igual ao CT, ou seja, o lucro é igual a zero ($L=0$), significa que a atividade agropecuária proporcionou o mesmo retorno que seria obtido em atividades alternativas. Esta situação é denominada “lucro normal”.
- Se não houver lucro ($L<0$), situação de prejuízo, significa que o produtor, no mínimo, deixou de ganhar ao optar pelo emprego de seu capital nos recursos produtivos da atividade agropecuária. Nesse caso, a atividade alternativa geraria maiores rendimentos, mas ressalta-se que o produtor deve avaliar a ML da atividade antes de tomar qualquer decisão sobre seu negócio.

As escalas dos custos de produção e as diferentes situações econômico-financeiras estão apresentadas na Figura 3.

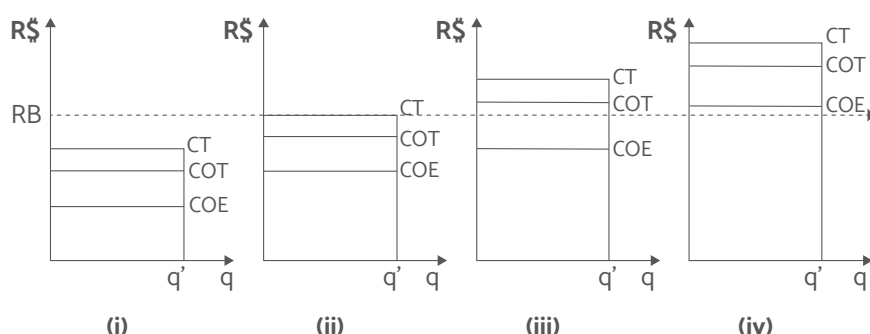


Figura 3. Escalas dos custos apurados no projeto Campo Futuro e as diferentes situações econômico-financeiras

Fonte: baseado em Reis (2002).

Elaboração: Superintendência Técnica/CNA. Projeto Campo Futuro.

Nota: (i) Lucro Supernormal (Econômico); (ii) Lucro Normal; (iii) Processo de Descapitalização; (iv) Atividade Subsidiada.

Outro indicador é a Taxa de Remuneração do Capital (TRC), ou Rentabilidade. Esse é um dos mais importantes, pois permite comparar a rentabilidade do negócio com investimentos alternativos do mercado, ou seja, permite verificar a atratividade do negócio.

A TRC é o resultado, em porcentagem, da divisão da ML obtida na atividade pelo estoque de capital investido nos fatores de produção (capital médio empatado em maquinários, implementos, benfeitorias, lavouras e forrageiras perenes, mais o valor da terra e de rebanhos - matrizes e reprodutores).

REFERÊNCIAS

MATSUNAGA, M.; BEMELMANS, P.F.; TOLEDO, P.E.N.; DULLEY, R. D.; OKAWA, H.; PEROSO, I. A. Metodologia de custo de produção utilizado pelo IEA. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 123-139, 1976.

Reis, R. P. **Fundamentos de economia aplicada**. Edição revista e ampliada. Lavras: Ufla/Faepe, 2002. 95 p.



PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DOS 10 ANOS DO PROJETO CAMPO FUTURO

1 ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS MÍNIMOS PARA OS PROGRAMAS DE APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

A definição dos preços mínimos para os produtos agropecuários, compatíveis com o custo operacional de produção, é balizadora para os mercados. Ao adotar a Política de Garantia de Preços Mínimo (PGPM), o Governo contribui para o gerenciamento de preços dos produtos agropecuários, evitando a queda drástica de seus preços de mercado em períodos de oferta abundante (durante a safra, por exemplo), buscando a manutenção de um nível mínimo de renda para o produtor rural e, também, defendendo a renda do consumidor, ao inibir o crescimento dos preços dos produtos agropecuários.

Anualmente, a CNA faz uso dos dados do Campo Futuro para propor as atualizações dos preços mínimos. Por meio do Custo Operacional Efetivo (COE) dos produtos que fazem parte da PGPM, é possível discutir os ajustes com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) – responsável pela execução orçamentária da política –, com parlamentares, instituições financeiras e bancos de desenvolvimento. Esse debate é importante, pois, em alguns anos, os preços

mínimos foram elevados a patamares acima do que estava proposto pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), propiciando uma renda melhor aos produtores rurais que se utilizam desse mecanismo de preços.

Na Tabela 1, segue um exemplo da proposta de atualização dos preços mínimos.

Tabela 1. Proposta de preços mínimos para cereais, fibras e oleaginosas.

Produto	Região	Conab 2016/2017	Proposta CNA 2017/2018
Soja (R\$/saca 60 kg)	Brasil	30,17	44,83
Milho (R\$/saca 60 kg)	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT)	19,21	22,25
	MT e RO	16,50	19,56
	Norte (exceto RO), oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí	21,60	25,29
	Nordeste (exceto oeste da Bahia, sul do Maranhão e sul do Piauí)	24,99	24,99
Trigo (R\$/saca 60 kg)	Brasil	38,65**	42,29
Arroz (R\$/saca 50 kg)	Brasil	30,17	36,49
Algodão (R\$/@)	Brasil	54,90	74,76

Fonte: Conab (2016) e projeto Campo Futuro CNA.

Elaboração: CNA.

Nota: * Preços de referência dezembro/2016. ** Trigo melhorador, tipo 1, PH 78.

2 COMPARATIVO ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS ATUAIS E O “SIMPLES RURAL”

O Simples Nacional foi instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas) e passou a vigorar a partir do dia 1º de julho de 2006.

Esse regime tributário simplificado consiste no recolhimento de oito tributos federais (IRPJ, IPI, CSLL, PIS/Pasep e Cofins), do ICMS estadual e do ISS municipal e da Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, incidente sobre a folha de salários, em documento único de arrecadação criado pelo Comitê Gestor e administrado pela Secretaria da Receita Federal (SRF).



No Congresso Nacional, tramitam projetos que visam obrigar/permitir que os produtores rurais possam aderir a esse regime tributário simplificado.

Com a análise dos sistemas produtivos identificados pelo Campo Futuro da CNA, constatou-se que a opção da Pessoa Jurídica (PJ) é desvantajosa ao produtor rural. O aumento de custos operacionais, em função do regime tributário, foi discriminado na Tabela 2 e no Gráfico 1.

Tabela 2. Aumento nos custos operacionais em função do regime tributário

Regime	Grãos	Café	Pec. Corte
Simples Nacional	12,6%	9,7%	11,0%
Lucro Presumido	26,2%	35,2%	27,0%
Lucro Real	23,9%	29,6%	21,8%

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA e informações da legislação vigente.
Elaboração: CNA.

Assim sendo, por meio dos dados do Campo Futuro, comprovou-se que a opção é desvantajosa para o produtor e, com isso, a obrigatoriedade da adesão ao Simples foi derrubada, além de que:

- as recorrentes discussões sobre o tema são oriundas de interesses privados, sem base técnica ou de governo;
- a Receita Federal do Brasil já se posicionou em reuniões técnicas que o Simples Nacional não é indicado para os produtores rurais, para fins de controle e arrecadação de tributos federais;
- o produtor rural pessoa física, com a instituição do eSocial, a partir de 2018 – Segurado Especial –, perderá a condição de usuário do módulo simplificado, ficando obrigado à regra geral, sendo necessária a contratação de profissional contábil.

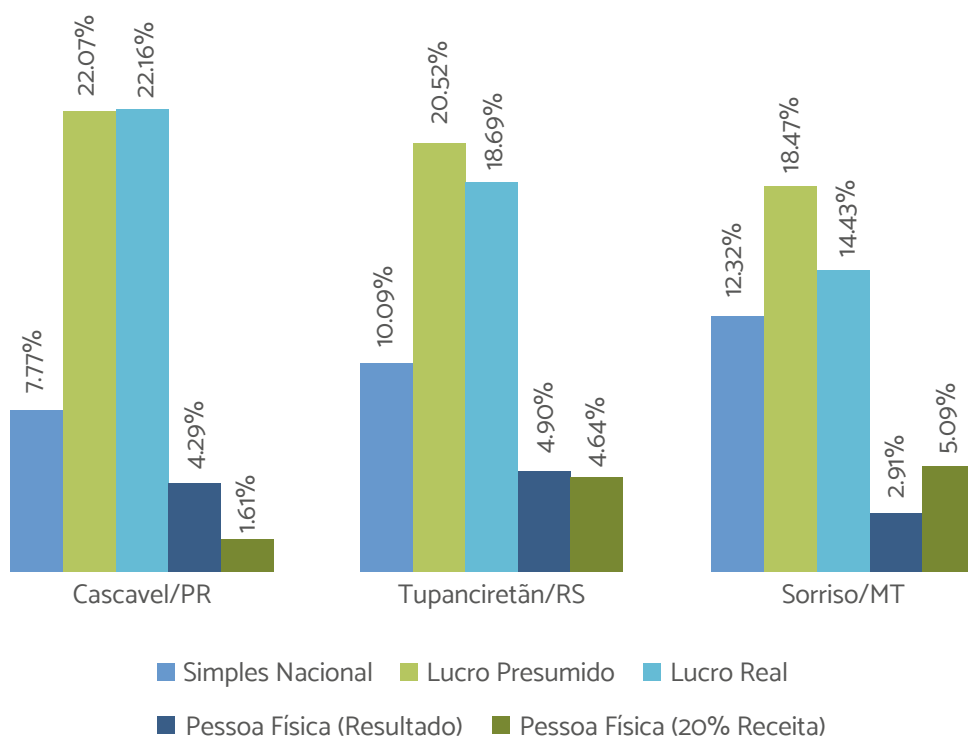


Gráfico 1. Comparativo da carga tributária com os efeitos da "pejotização" do produtor rural para grãos, a partir dos dados do projeto Campo Futuro

Fonte: projeto Campo Futuro CNA e informações da legislação vigente.

Elaboração: CNA.

3 EMBASAMENTO TÉCNICO PARA A DEFESA DO SETOR CAFEIRO EM NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

O custo com mão de obra na cafeicultura brasileira é superior ao praticado nos demais países produtores devido aos encargos trabalhistas, é a ausência de subsídios (Tabela 3). Os dados do Campo Futuro foram comparados aos dados de concorrentes asiáticos com o objetivo de reforçar o posicionamento quanto à sustentabilidade da produção brasileira de café diante dos países concorrentes, porém com menor competitividade diante dos custos mais elevados. O comparativo foi utilizado em missões da CNA na China e durante negociações de ampliação de mercado pelo Brasil.

Tabela 3. Comparativo das espécies cultivadas, mão de obra utilizada, método e custo com colheita nos principais países produtores

País	Tipo de Café	Mão de obra	Colheita	Custo
Vietnã	Robusta	Familiar < 2 ha/ sem imposto	100% manual e seletiva	US\$ 6/saca
Indonésia	Robusta	Familiar < 1 ha	100% manual	-
Colômbia	Arábica	Familiar < 2 ha/ com subsídios	100% manual e seletiva	US\$ 21/saca Encargos menores
Brasil	Arábica (75%) e (25%) Robusta	Familiar (30%) < 20 ha/ pequenos (30%)/ com impostos/ sem subsídios	Manual e mecânica	Média: US\$ 25/saca + encargos

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA e palestra de Juliano Mota (consultor privado) em agosto de 2013.

4 POTENCIAL DE USO DA IRRIGAÇÃO NA CAFEICULTURA

Com base nos dados do Campo Futuro levantados em regiões mecanizadas para a cultura do café, foram feitas análises comparativas de ganho de produtividade e de rentabilidade entre diferentes regiões e métodos de irrigação. Os resultados foram apresentados aos produtores rurais no evento AgroBrasília de 2016, no formato de palestra, com o intuito de auxiliá-los nas tomadas de decisão sobre o retorno do investimento em tecnologias.

É possível identificar o desempenho das seguintes regiões: i) Monte Carmelo/MG, com tipo de produção mecanizado e sistema de cultivo irrigado por gotejamento; ii) Capelinha/MG, com tipo de produção mecanizado e sistema de cultivo não irrigado, e iii) Luís Eduardo Magalhães/BA, com tipo de produção mecanizado e sistema de cultivo irrigado por pivô central. Ficou evidente o melhor desempenho da região de Luís Eduardo Magalhães (LEM), que apresentou menor custo de produção e, aliado à maior produtividade, conseguiu obter margens de lucro superiores.

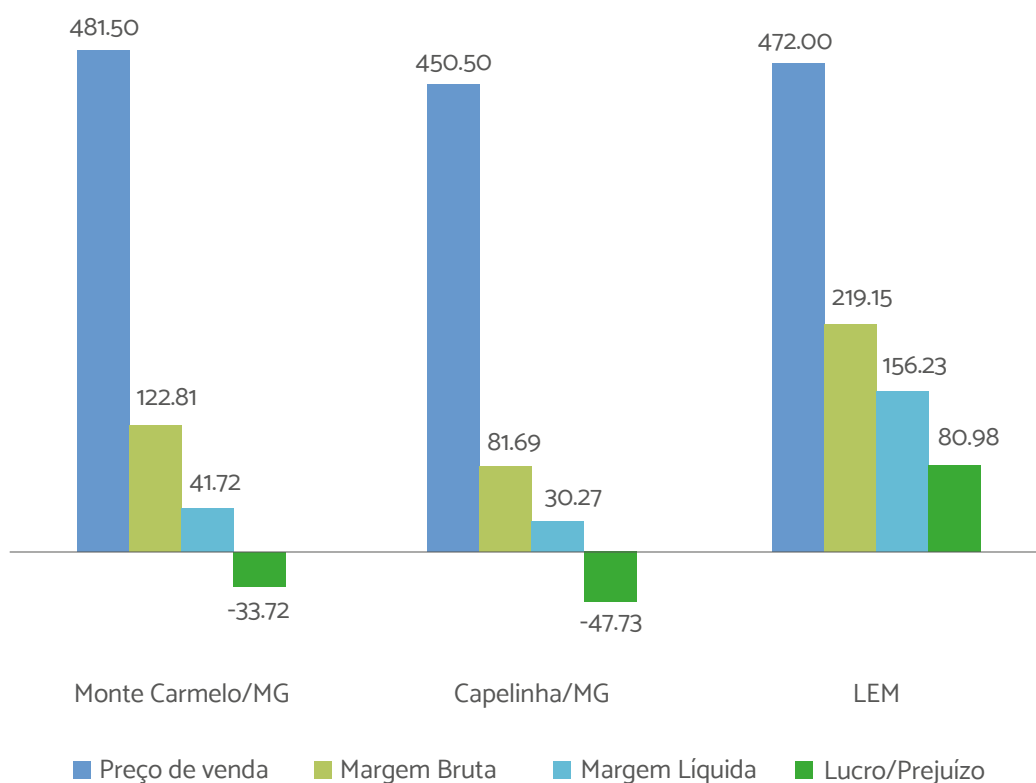


Gráfico 2. Comparativo das margens de lucro em regiões de cultivo mecanizado analisadas pelo projeto Campo Futuro

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.

Elaboração: CNA.

5 DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES POR MEIO DE PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS

O reconhecimento da metodologia utilizada no projeto Campo Futuro pela comunidade científica tem feito com que a CNA receba constantes solicitações para o uso dos dados em trabalhos acadêmicos. Uma delas foi para a utilização dos dados no trabalho científico denominado *Preço Mínimo do Comércio Justo: uma análise comparativa para o mercado de café arábica*, publicado em abril de 2017 no *British Journal of Economics, Managment and Trade* (Figura 4). Concluiu-se, entre outros aspectos, que é estratégico que o Comércio Justo (*Fair Trade*) desconsidere o preço em moeda internacional e aplique uma fórmula incorporando o custo de produção em moeda local.



Figura 4. Artigo *Fair Trade Minimum Price: A Comparative Analysis for the Arabica Coffee Market*.

Fonte: *British Journal of Economics, Managment and Trade*.

6 PRIORIZAÇÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS

A grande maioria das atividades agropecuárias produtoras de frutas está caracterizada em um grupo de culturas com suporte fitossanitário insuficiente. Os dados referentes à utilização de produtos fitossanitários, levantados pelo Campo Futuro nas principais regiões produtoras do Brasil, serviram como base para a identificação das necessidades prioritárias de registro desses produtos para a fruticultura.

Os dados foram utilizados para compor a lista de prioridades (Quadro 1), que foi apresentada aos órgãos responsáveis pelo registro de agroquímicos (Mapa², Anvisa³ e Ibama⁴). Como resultado, o registro de quatro produtos foi priorizado (em destaque).

² Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

³ Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)

⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Quadro 1. Prioridades para registro de produtos fitossanitários

21000.003451/2016-44	Bifentrina 100 EC Nortox	Bifentrina	<i>Helicoverpa armigera</i>	Algodão e feijão
21000.005406/2012-09	Datado	Acetamiprid	Mosca-Branca	
21000.007458/2015-54	UPL 183 FP BR	Acetamiprid + Bifentrina	Mosca-Branca	Soja e algodão
21000.040526/2016-78	MOSAICO EC	Lufenurom + Profenofós	<i>Helicoverpa armigera</i>	Soja
21000.040614/2016-70	PLETHORA BR	Indoxacarbe + Novalurom	<i>Helicoverpa armigera</i>	Algodão, feijão e soja
21000.040619/2016-01	COMISSARIO	Diafentiurom + Bifentrina	Mosca-Branca	Feijão, melão, soja e tomate
21000.040626/2016-02	TRIVOR	Acetamiprido + Piriproxifem	Mosca-Branca	Feijão, melão, soja e tomate
21000.010480/2011-58	PROTONE	Abscísic Acid; S-ABA	Regulador de crescimento	Uva
21000.005401/2013-59	PACLOBUTRAZOL TRADECORP 250 SC	Paclobutrazol	Regulador de crescimento	Manga
21000.007438/2013-11	PACLOBUTRAZOL 250 SC UPL	Paclobutrazol	Regulador de crescimento	Manga
21000.048256/2016-43	PACLOT	Paclobutrazol	Regulador de crescimento	Manga e tomate

Elaboração: CNA.

Tais informações também foram repassadas às empresas fabricantes de produtos fitossanitários, visando informar a real necessidade do produtor rural.

7 IMPACTO DO BANIMENTO DE PRODUTOS FITOSSANITÁRIOS NO CUSTO DE PRODUÇÃO

Em 2012, os Estados Unidos, destino de 17% do suco de laranja *in natura* exportada pelo Brasil, anunciou que não iria mais importar suco, ou frutos *in natura*, provenientes de pomares tratados com o fungicida carbendazim. O anúncio causou grande preocupação entre os citricultores brasileiros, uma vez que esse é o princípio ativo mais utilizado por eles.

Os dados do Campo Futuro foram utilizados para avaliar o impacto no custo de produção diante da substituição do carbendazim (Quadro 2), após banimento em 2012. A ação informativa ajudou os produtores de laranja no processo de gestão de seus custos de produção, revelando que a substituição do princípio ativo não causaria impacto expressivo em seus orçamentos.

Quadro 2. Impacto nos custos de produção da laranja diante da substituição do carbendazim

Painel	COE / caixa		COE / hectare		Variação (%)
	COM Carbendazim	SEM Carbendazim	COM Carbendazim	SEM Carbendazim	
Avaré,SP	8,43	8,44	5.987,33	5.992,73	0,09
Bebedouro,SP	13,91	13,98	6.954,08	6.990,97	0,53
Cornélio Procópio,PR	10,84	10,86	11.958,93	11.981,39	0,19
Frutal/MG	9,59	9,59	11.510,05	11.505,82	-0,04
Itápolis/SP	18,26	18,11	9.587,38	9.508,78	-0,82
Mogi Mirim/SP	12,66	12,78	9.939,30	10.036,90	0,98
Paranavaí/PR	8,40	8,46	7.206,71	7.257,76	0,71
Rio Real/BA	9,17	9,17	4.045,67	4.045,67	0,00
Taquaritinga/SP	13,93	13,97	7.960,39	7.982,59	0,28

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.
Elaboração: CNA.

O impacto nos custos de produção da laranja (COE médio) diante da substituição do carbendazim também está discriminado no Gráfico 3.

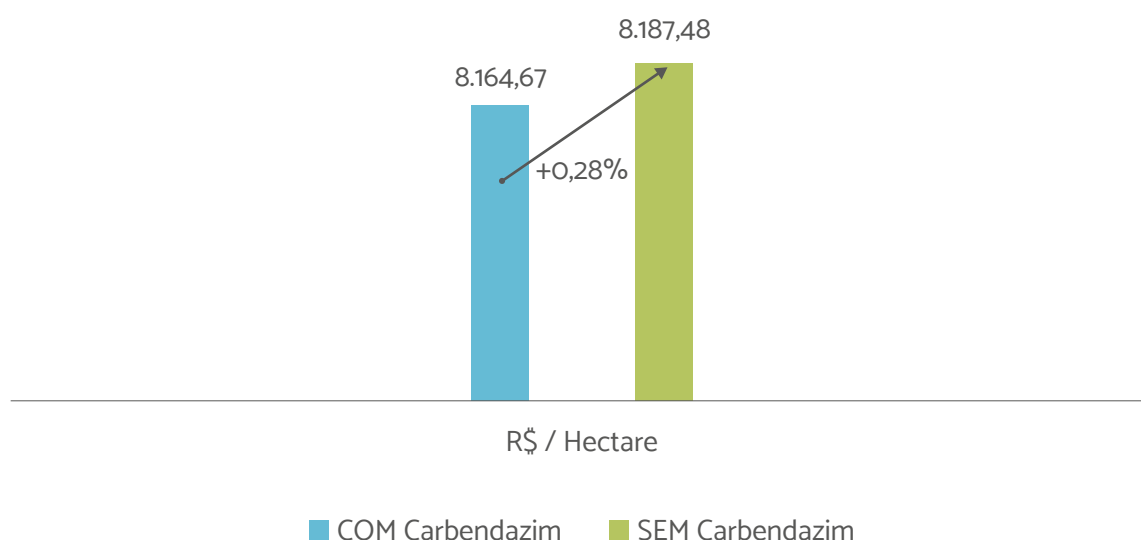


Gráfico 3. Impacto nos custos de produção da laranja devido à substituição do carbendazim.

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA.

Elaboração: CNA.

8 ELABORAÇÃO DAS REGRAS DO PRORENOVA RURAL

A cana-de-açúcar é uma cultura semiperene que precisa ter as áreas de produção renovadas, mas o custo dessa operação é alto. O Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) utilizou os dados do Campo Futuro como parâmetro para a elaboração das regras para o Programa de Apoio a Renovação e Implantação de Novos Canaviais - Prorenova Rural (Quadro 3).

Em 2014, os dados de custo de formação dos canaviais, levantados pelo Campo Futuro, foram utilizados como referência para determinar os valores/limites financiados no Prorenova Rural. Ex.: Os investimentos passíveis de apoio foram limitados a um custo de R\$ 7.265,00 por hectare de cana-de-açúcar plantado.

Quadro 3. Custo de formação de canaviais

Região	Painel	Formação do Canavial
Centro-Oeste	Uberaba/MG	7.783
	Rio Verde/GO	8.923
	Dourados/MS	8.614
	Nova Olímpia/MT	5.769
Sul/Sudeste	Jacarezinho/PR	6.709
	Araraquara/SP	7.346
	Andradina/SP	9.297
	Sertãozinho/SP	6.987
	Jaú/SP	6.273
	Piracicaba/SP	7.167
	Assis/SP	7.352
Nordeste	Maceio/AL	7.049
	Recife/PE	8.246
	João Pessoa/PB	7.109

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.
Elaboração: CNA.

9 ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E TERCEIRIZAÇÃO

Com o avanço nas discussões sobre alterações na legislação de terceirização de mão de obra, Lei nº 13.429/2017, e as possíveis consequências para as atividades agrícolas, tornou-se necessário avaliar o impacto dessa medida no custo de produção de diversas culturas.

Para elaborar o estudo, foram utilizados dados do Campo Futuro quanto aos custos de cada operação realizada no campo, por atividade agropecuária. Os custos com mão de obra foram comparados com os custos da execução de operações por terceiros. Essas informações foram utilizadas nos documentos técnicos da CNA em defesa da terceirização da mão de obra, com objetivo de aumentar a competitividade da agropecuária brasileira por meio da redução de custos.

As análises elaboradas embasaram as inúmeras discussões no Congresso Nacional e junto ao Poder Executivo, que permitiram a terceirização das atividades e abriram espaço para reduções de custos aos produtores rurais de acordo com a Lei nº 13.467 de 13 de julho de 2017.

10 NECESSIDADE DA PRORROGAÇÃO DO CONVÊNIO ICMS Nº 100/1997

O Convênio ICMS nº 100/1997 gera a redução na base de cálculo nas saídas interestaduais de praticamente todos os insumos utilizados no setor agropecuário brasileiro. Esse instrumento legal favorece o produtor rural, pois age diretamente no ICMS, o maior e mais complexo tributo do Brasil, que em 2016 gerou 30,9% das receitas tributárias nacionais. Além disso, ao normatizar parâmetros em relação ao tributo da esfera estadual, contribui para minimizar o impacto de 27 legislações diferentes a respeito do ICMS.

De acordo com este convênio, os defensivos agrícolas e corretivos de solo possuem redução em sua base de cálculo em até 60%, ao passo que os fertilizantes têm 30% de dedução na base de cálculo. As sementes, destinadas à semeadura, são isentas de tributação.

O fim do Convênio nº 100/1997 além de eliminar os benefícios ao setor agropecuário, seria um catalizador para a deterioração do desenvolvimento social no país, do comprometimento do setor exportador que sustenta a balança comercial do Brasil, além de comprometer o déficit comercial nas contas do Governo Federal.

Por meio dos dados do Campo Futuro, a CNA estimou os impactos ao setor agropecuário, na hipótese da não renovação do Convênio. As principais considerações do estudo estão discriminadas a seguir:

- O fim da vigência do convênio ICMS nº 100/1997 acarretaria em uma tributação da alíquota cheia (ICMS), sobre os insumos agropecuários que provêm de outros estados;

- A elevação das alíquotas do ICMS, sobretudo nas operações interestaduais, refletiria em um aumento de até 6% nos preços dos insumos, dependendo do estado e da cultura;
- Os preços das commodities agrícolas e pecuárias apresentavam queda e que os aumentos nos custos de produção comprometeriam a rentabilidade dos produtores em todo Brasil.

Ainda com base no estudo, observou-se a contribuição do setor agropecuário para o crescimento econômico do País, sobretudo em ano de crise econômica. A manutenção de investimentos no campo está ligada diretamente à rentabilidade obtida pelos produtores em suas atividades. Dessa forma, a redução dessa rentabilidade comprometeria não só os indicadores econômicos, mas também, os ganhos de produtividade no campo.

Com o estudo, concluiu-se que assegurar a manutenção do Convênio ICMS nº 100/1997 era uma necessidade para a melhoria da renda dos produtores rurais e para assegurar a oferta de alimentos para população brasileira com preços baixos.

Os resultados do estudo, bem como as ações da CNA e das Federações de Agricultura e Pecuária dos estados junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e as Secretarias de Fazendas, contribuíram para que no dia 29 de setembro de 2017, através do Convênio ICMS nº 133, ocorresse a prorrogação do Convênio ICMS nº 100/1997 até 30 de abril de 2019, garantindo assim que os custos dos insumos agropecuários não fossem elevados devido ao aumento da carga tributária.

11 AUMENTO DE PREÇOS DOS INSUMOS E SEU IMPACTO NOS CUSTOS DE PRODUÇÃO DE SOJA

A participação dos fertilizantes, dos defensivos e das sementes nos custos de produção aumentou nos últimos anos, reduzido a rentabilidade do produtor rural de soja. Os dados de custo de produção levantados por meio do Campo Futuro foram comparados com a variação dos preços da saca de soja pagos ao produtor.

Na Safra 2011/2012, eram gastos 4,2 sacas de soja com defensivos (Gráfico 4), e, na safra 2015/2016, foram gastos 9,1 sacas de soja, um aumento de 217% dos custos.

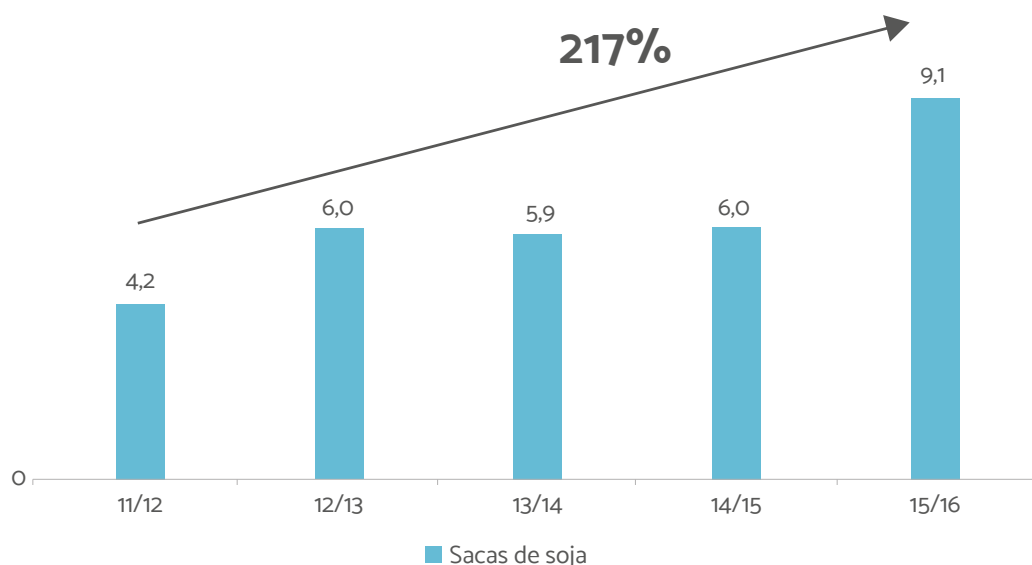


Gráfico 4. Equivalente em sacas de soja gastos com defensivos/ha

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.

Elaboração: CNA.

Os dados foram utilizados em audiências públicas para discutir o aumento dos custos com fertilizantes, dos produtos fitossanitários e sementes e as possíveis alternativas para resolver essa questão.

12 IMPLEMENTAÇÃO E AJUSTES DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA PÚBLICA EM APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Os preços do milho estiveram em queda durante 2017, atingindo valores inferiores ao custo de produção e ao preço mínimo estabelecido pelo Governo Federal. Diante disso, foram realizados leilões de Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro) e Prêmio de Escoamento de Produto (PEP). Contudo, os valores dos prêmios ofertados pela Conab não eram suficientes para cobrir o custo operacional, prejudicando a eficiência do programa e a participação dos produtores nessas operações.

Com dados do Campo Futuro, foi possível defender a necessidade de reajustes dos prêmios de leilões de PEP e Pepro de milho para os estados de Mato Grosso do Sul e Goiás.

Quadro 4. Comparativos entre Custos de Produção e Prêmio da Conab

Análise dos preços regionais e dos valores ofertados pela Conab para PEP e PEPRO (R\$/sc)						
Estados	Preço spot (A)*	Prêmio Conab (B)	Valor recebido pelo produtor (A+B)	Custo do Campo Futuro**	Preço mínimo Conab	Resultado efetivo
MS	16,00	1,32	17,32	19,76	19,21	-1,89
GO	18,00	0,48	18,48	23,24	19,21	-0,73

* Fonte: Cepea.

** Custos de produção levantados pelo projeto Campo Futuro (CEPEA/CNA).

Após o pleito, em leilões posteriores, os valores dos prêmios foram reajustados, cobrindo o preço mínimo e aumentando a participação dos produtores nos leilões.

Além disso, com os dados do Campo Futuro, foi possível defender junto ao Governo Federal a necessidade da realização de leilões de opção pública aos produtores de café em períodos em que os preços de mercado se encontravam abaixo do mínimo, conforme ocorrido em 2013.

13 ELEVAÇÃO DA ALÍQUOTA DE IMPORTAÇÃO DE BORRACHA NATURAL

O produtor de borracha natural tem enfrentado grandes desafios, relacionados principalmente à baixa competitividade diante dos países produtores concorrentes. Os encargos trabalhistas no Brasil são superiores aos de produtores asiáticos de borracha natural, como Malásia, Tailândia, Vietnã, Índia e China, em decorrência das legislações trabalhista e ambiental deficientes nesses países.

Em 2015, o setor pleiteou a elevação da alíquota de importação da borracha natural, visando melhorar a competitividade do Brasil no setor da borracha natural e incentivar a produção de seringais que foram inativados devido à queda nacional do preço do látex, reflexo dos valores praticados nas bolsas asiáticas.

Os dados do Campo Futuro serviram como base de cálculo para o acompanhamento das margens de lucro dos produtores em diversas regiões, dos preços recebidos e da evolução dos custos com mão de obra e encargos trabalhistas. Diante desse embasamento, no dia 10 de outubro de 2016, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) ampliou a alíquota do Imposto de Importação das borrachas naturais de 4% para 14%, por prazo de um ano, atendendo a um pleito dos produtores rurais de seringueira.

Essa decisão contribuiu para a melhoria da competitividade da heveicultura brasileira por conta da melhoria do preço da borracha natural pago ao produtor rural. De acordo com dados do Campo Futuro, de outubro/2016 a julho/2017, o preço da borracha subiu 41% na região de Parapuã/SP, e 20% em Gaúcha do Norte/MT.

A CNA continua atuando para que a borracha natural seja incluída na lista de exceção da Tarifa Externa Comum (TEC), e o produtor eleve sua competitividade.

14 EXTENSÃO DO PRAZO DE CARÊNCIA PARA A LINHA DE CUSTEIO DO PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)

O cultivo da tilápia, do tambaqui e seus híbridos e de pirarucu duram aproximadamente 12 meses. Isso foi identificado por meio dos dados levantados pelo Campo Futuro nos estados de Santa Catarina, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.

O produtor comercializa sua produção entre dois e três meses após o fim do ciclo produtivo (12 meses), ou seja, em um prazo de 14 a 15 meses após o início do ciclo. Isso inviabilizava o acesso dos aquicultores ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pois não conseguiam cumprir o prazo de carência de pagamento.

A CNA elaborou uma análise técnica dos dados de custo e ciclo de cultivo e atuou junto à Superintendência de Agronegócios do Banco do Brasil, solicitando a extensão do prazo de carência do custeio para 18 meses. O prazo foi ampliado e os produtores passaram a se beneficiar da linha de crédito.

15 REDUÇÃO DO CUSTO DA ENERGIA ELÉTRICA PARA A PRODUÇÃO DE CAMARÃO

Na medida em que a aquicultura brasileira se modernizou e as tecnologias de engorda se intensificaram, a aeração mecânica tornou-se uma prática corriqueira e indispensável em um grande número de fazendas. Os aeradores proporcionam oxigenação, circulação e mistura da água, permitindo um aumento nas densidades de estocagem para se alcançar produtividades mais elevadas. Diante da necessidade de uso da aeração mecânica, o custo com energia elétrica aumenta o custo de produção de aquicultores.

A CNA atuou junto ao Poder Legislativo e conseguiu, em articulação com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a inclusão de descontos previstos para as atividades de irrigação e aquicultura na Medida Provisória (MP) 688/2015.



Os descontos tarifários para uso de energia elétrica na aquicultura possibilitaram uma redução do custo real de energia elétrica. Em uma propriedade de produção de camarão, por exemplo, o custo real de energia elétrica por quilo de camarão produzido foi reduzido em 74%, de R\$ 1,22/kg para R\$ 0,32/kg.

Quadro 5. Descontos tarifários para uso de energia elétrica na aquicultura e impacto nos custos de produção

Sem o desconto tarifário			Com o desconto tarifário		
Item	Participação no COE	R\$/kg	Item	Participação no COE	R\$/kg
Pós larvas	8,1%	1,34	Pós larvas	8,6%	1,33
Energia	7,4%	1,22	Energia	2,1%	0,32
Mão de obra	28,9%	4,75	Mão de obra	30,5%	4,74
Ração	55,6%	9,14	Ração	58,8%	9,13
COE		16,45	COE		15,56
Valor do kwh	0,45 R\$/kwh		Valor do kwh	0,12 R\$/kwh	

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.
Elaboração: CNA.

16 RENOVAÇÃO DE DIREITOS ANTIDUMPING DO LEITE EM PÓ

Em 1999, a CNA foi peticionária na investigação de *dumping*, prática desleal de comércio praticada na ocasião por países da União Europeia (UE) e da Nova Zelândia sobre o leite em pó. Em 2001, foi possível comprovar o *dumping* e estabelecer taxa de 14,8% para o leite importado da UE e 3,9% para o da Nova Zelândia, direitos esses que devem ser renovados a cada cinco anos. Em 2017, iniciou-se mais uma vez o processo de investigação para avaliar a manutenção das alíquotas.

A análise das informações referentes ao emprego e custo da mão de obra na atividade leiteira para esse processo teve como base o levantamento realizado pelo Campo Futuro.

Os resultados do Campo Futuro retratam a realidade da pecuária leiteira nacional. Nessa abordagem, destaca-se na análise a participação da mão de obra (Tabela 4).

Tabela 4. Dados mão de obra – projeto Campo Futuro Pecuária de Leite

Mão de obra na Pecuária Leiteira /propriedade	2012	2013	2014	2015	2016
Média do número de funcionários (pessoas/dia)	4,4	2,6	2,0	3,1	1,9
Salário médio/funcionário (R\$/mês)	1377,02	1254,46	1201,75	1380,10	1295,81
Encargos de salários* (R\$/mês)	627,92	572,03	548,00	629,33	590,89
Salário mínimo no período (R\$/mês)	622,00	678,00	724,00	880,00	937,00
Número de salários mínimos/funcionário (salários)	2,2	1,9	1,7	1,6	1,4

Elaboração: CNA.

Fonte: Projeto Campo Futuro CNA.

17 INCLUSÃO DO FOSFATO BICÁLCICO NA LISTA DE EXCEÇÕES À TARIFA EXTERNA COMUM (TEC) DO MERCOSUL

Em 2008, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) solicitou à Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio do Mapa a inclusão do fosfato bicálcico e do ácido fosfórico (matéria-prima fundamental para a produção do fosfato bicálcico) na Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul, com alíquota 0 (zero). O fosfato bicálcico e o ácido fosfórico eram taxados, respectivamente, em 10% e 4%.

Pelos dados do Campo Futuro, foi possível identificar que a ração concentrada e o suplemento mineral correspondiam a 47,92% do Custo Operacional Efetivo (COE) da produção de leite, ressaltando a importância do pleito da CNA.

A medida foi aprovada por meio da Resolução Camex nº 55, de 9 de novembro de 2008, com o objetivo de reduzir o custo de importação das matérias-primas e o custo da suplementação mineral para os produtores rurais.

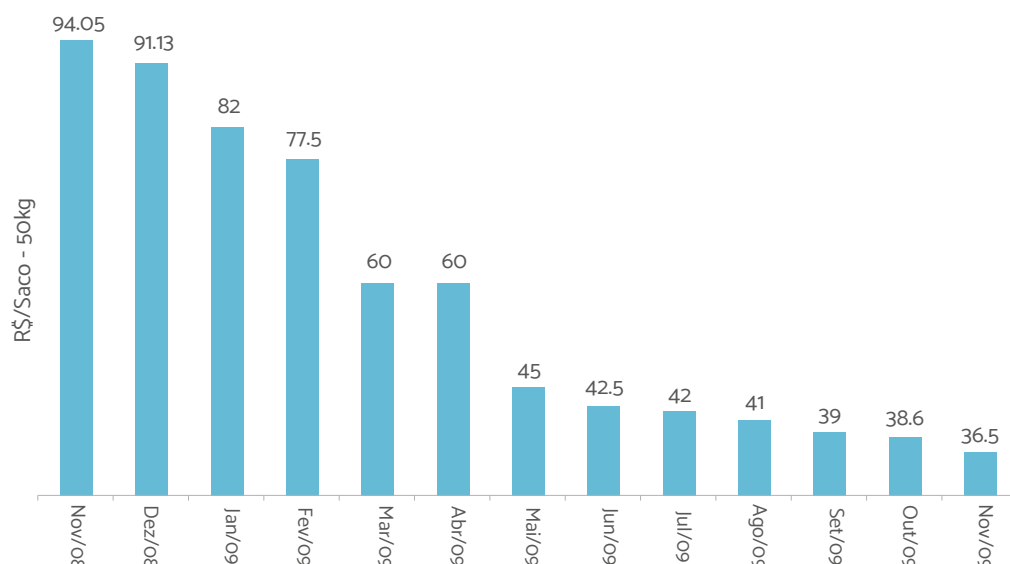


Gráfico 5. Acompanhamento do preço do Fosfato Bicálcico, em reais por saco de 50kg, após redução da alíquota de importação

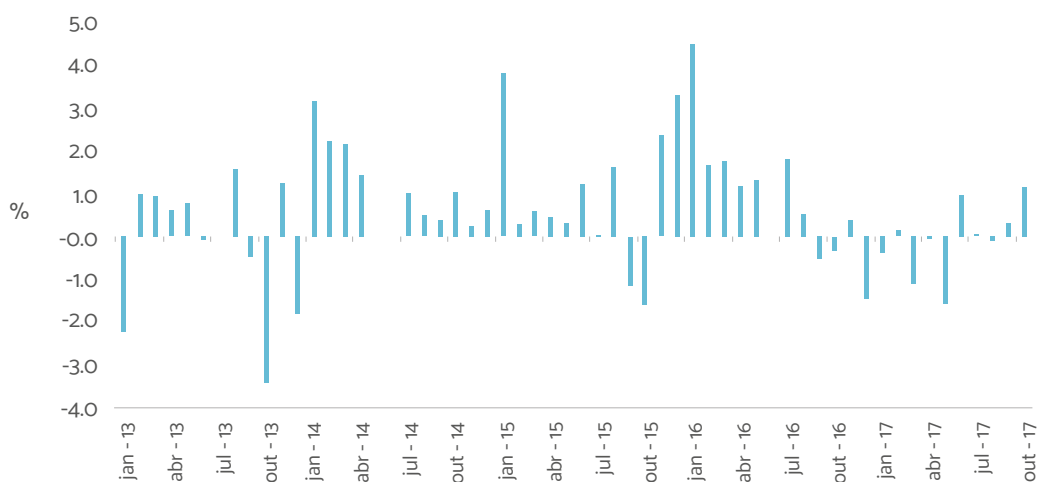


Gráfico 6. Acompanhamento de custos do projeto Campo Futuro: flutuação mensal dos gastos com suplementação mineral na atividade leiteira

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.



18 PLANO MAIS PECUÁRIA

Em 2014, o Plano Mais Pecuária, lançado pelo Mapa, buscava aumentar a produtividade e a competitividade das cadeias produtivas da carne bovina e do leite de maneira sustentável. Inicialmente foi dividido em quatro eixos: melhoramento genético, aumento das vendas e do consumo de lácteos, capacitação de técnicos e produtores, e segurança e qualidade dos produtos nacionais.

Esse plano contou com as contribuições da CNA, que balizou a sua proposição nos dados de rentabilidade, caracterização de sistemas produtivos, disponibilidade de crédito para o produtor e a adoção de tecnologias nas propriedades nos 58 levantamentos de custos de produção da bovinocultura de leite e nos 79 levantamentos da bovinocultura de corte, realizados entre 2010 e 2013 pelo projeto Campo Futuro.

19 MEDIDAS DE APOIO À CRISE NA PECUÁRIA DE CORTE

O ano de 2017 desafiou os pecuaristas. Em janeiro, a arroba do boi gordo estava cotada em R\$ 150,72, chegando a cair cerca de 12% em abril devido aos efeitos da Operação Carne Fraca. Em julho, as cotações tiveram perdas de 19% após a Delação JBS. A menor liquidez na comercialização de bovinos para abate também prejudicou os pecuaristas, já que 10 frigoríficos no Mato Grosso e sete no Mato Grosso do Sul suspenderam as compras.

Além disso, em algumas regiões produtoras, considerando diferentes sistemas de produção, os Custos Operacionais Efetivos (COE) subiram até 5% na análise COE/@ (Quadro 6).

Quadro 6. Variação do custo por arroba produzida na comparação jan./out. 2017.

Praça/UF	jan./2017	out./2017	Var. (%)
Cascavel/PR (recria-engorda)	R\$ 215,97	R\$ 225,80	5%
Jussara/GO (recria)	R\$ 209,56	R\$ 220,98	5%
Marília/SP (cria)	R\$ 149,37	R\$ 156,52	5%
Piracicaba/SP (cria)	R\$ 119,49	R\$ 124,89	5%
Jacarezinho/PR (ciclo completo)	R\$ 71,70	R\$ 75,20	5%

Fonte: projeto Campo Futuro CNA.
Elaboração: CNA.

A desvalorização da arroba, a menor liquidez e o aumento do custo de produção impactaram negativamente a comercialização de bovinos terminados para abate.

Em meio a esse cenário de dificuldades, a CNA utilizou as análises dos dados do Campo Futuro para buscar apoio das instituições financeiras na área de crédito rural. A busca teve êxito e os principais bancos prorrogaram por até 1 (um) ano as parcelas de custeio de investimento, com vencimento até dezembro de 2017. Os bancos também criaram novas linhas para retenção de bezerros, matrizes e touros e aquisição de bovinos para recria e engorda.

O resultado foi essencial para que os produtores tivessem maior capital de giro. Além disso, as medidas não impossibilitaram os produtores na retirada de um novo aporte financeiro do banco.

20 AGRIBENCHMARK

O *Agribenchmark* é uma associação de produtores rurais, cientistas, consultores e economistas de 45 países. A associação opera sem fins lucrativos, registrando, analisando e comparando o desempenho econômico das áreas cultiváveis típicas de cada país participante. Diversos aspectos que estão direcionando a competitividade da produção dos países-membros são intensamente discutidos, bem como os efeitos das mudanças tecnológicas nos sistemas de produção. Com isso, são apresentadas as perspectivas futuras sobre os principais cereais, oleaginosas e também, sobre a pecuária bovina.

Os dados de custos de produção de algumas regiões representativas no Brasil, levantados pelo Projeto Campo Futuro, integram a base de dados mundial do *Agribenchmark*. Os dados coletados pela associação ficam restritos aos integrantes do projeto.

A troca de informações a nível mundial permite o acesso da CNA Brasil aos custos de produção dos principais países concorrentes. Esse comparativo possibilita uma elaboração mais eficaz de políticas públicas voltadas aos produtores rurais brasileiros, com foco na política tributária, melhoria na infraestrutura para escoamento da safra, elaboração de novas regras na Política Agrícola, entre outras ações que foram apresentadas ao longo desta publicação.



SUPERINTENDÊNCIA TÉCNICA

Bruno Barcelos Lucchi

Superintendente Técnico

Natália Sampaio Sene Fernandes

Superintendente Técnica Adjunta

Renato Conchon

Gerente do Projeto Campo Futuro

Diego Humberto de Oliveira

Coordenador Técnico do Projeto Campo Futuro

Adriana Ferreira Lima

Alan Fabrício Malinski

Ana Lígia Aranha Lenat

Carolina Yuri Nakamura

Cecília de Lira Ferreira Naves

Elisangela Pereira Lopes

Fernanda Schwantes

Gustavo dos Santos Goretti

Joaci Franklin de Medeiros

João Carlos de Petribu De Carli

José Eduardo Brandão Costa

Lilian Azevedo Figueiredo

Maciel Aleomir da Silva

Marina Zimmermann

Nelson Ananias Filho

Paulo André Camuri

Ricardo Ramos de Mello Nissen

Rogério Nascimento de Avellar Fonseca

Thiago Francisco Rodrigues

Victor Miguel Ayres

Fotos

Wenderson Araújo e Tony Oliveira

Banco de Imagens Sistema CNA/SENAR

Projeto Gráfico



PARCEIROS





Agro forte. Brasil forte

CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
SGAN Quadra 601, Módulo K - Brasília, DF CEP: 70830-021
Fone (61) 2109-1400

